



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.^a SL

Aos 24 dias do mês de maio de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões, Karl-Heinz Lambertz.

II PARTE

1. Informações.

2. Apreciação e votação de Parecer da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à utilização do Sistema de Informação de Schengen para efeitos de regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular [COM(2016)881] + Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio dos controlos das fronteiras e que altera o Regulamento (UE) n.º 515/2014 e revoga o Regulamento (CE) n.º 1987/2006 [COM(2016)882] + Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal, que altera o Regulamento (UE) n.º 515/2014 e revoga o Regulamento (CE) n.º 1986/2006, a Decisão 2007/533/JAI do Conselho e a Decisão 2010/261/UE da Comissão" [COM(2016)883], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Deputada autora do parecer: Francisca Parreira (PS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.^a SL

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio: 30/05/2017

3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD relativo ao "Atraso na transposição de Diretivas - Comissão Europeia instaura ações judiciais contra Portugal por incumprimento das obrigações que lhes são impostas pelo direito da União Europeia."

4. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões, Karl-Heinz Lambertz.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada **Regina Bastos (PSD)**, deu as boas vindas ao Senhor Primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões, **Karl-Heinz Lambertz**, agradecendo ter aceitado o convite para se reunir com os membros dessa Comissão e dando conta da metodologia da audição. Deu conta da ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE por impossibilidade de se fazerem representar por trabalhos parlamentares concorrentes e passou a palavra para a intervenção inicial do Primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões.

O Senhor **Karl-Heinz Lambertz** começou por comentar o clima excepcional de Lisboa, em especial para quem vinha de uma cidade como Bruxelas, refletindo sobre a influência que o clima poderia ter sobre o espírito com que se conduz uma reunião. Indicou que era sua impressão que as pessoas abordavam a ideia de reunir em Bruxelas com apreensão, sentindo que as pessoas que aí trabalham estão distantes dos problemas de dia-a-dia sentidos pelos cidadãos europeus. A propósito do Brexit e da saída do Reino Unido da União Europeia, considerou que o destino da Europa seria comum, não sendo possível avançar para um futuro sem encontrar consensos e uma



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.^a SL

base partilhada. Deu conta que o Comité das Regiões, enquanto órgão consultivo criado aquando da constituição da moeda Euro, estaria mais próximo do terreno do que a maioria das instituições europeias, pelo que até evitaria dizer às pessoas que o seu escritório é em Bruxelas, uma vez que considera que o seu verdadeiro sítio é junto das pessoas, nos lugares e territórios tão diversos que compõem o espaço da União Europeia (UE). Deste modo, indicou a sua apreciação pela oportunidade de falar com os Senhores Deputados, uma vez que considerava que também os parlamentares estariam mais próximos das preocupações dos povos que representam.

De seguida assinalou estar a UE a completar 60 anos, e de ter sido o justo vencedor de um Prémio Nobel da Paz pelo importante contributo que deu para a estabilidade mundial. Destacou o projeto de construção europeia como uma das maiores realizações do século XX, destacando que na sua origem, mais do que objetivos de ordem comercial ou económica, esteve uma visão de defesa. Deu como exemplo o nosso país, com uma história complexa de construção democrática recente, em que a participação no projeto europeu terá dado um contributo fundamental para a solidificação da democracia e estabilização política. Também nós demos um contributo importante para o projeto europeu, pela nossa capacidade de mediar negociações e encontrar consensos, muito importante no contexto atual em que a UE enfrenta múltiplas crises, cujo desfecho é imprevisível. A esse propósito assinalou os resultados eleitorais recentes na Áustria, Países Baixos e França, onde houve um reforço assinalável da votação em projetos políticos antieuropeus. Considerou bizarro que nos pudéssemos congratular com a derrota de candidatos abertamente xenófobos, quando a sua votação chegava a representar quase metade das populações desses países, uma vez que foram vencidos, nalguns casos, por margens muito magras. Atribuiu essa evolução à crise, uma vez que o discurso contra Bruxelas e as populações migrantes não colhia este grau de apoio antes da mesma. Culpou a crise e os procedimentos por défice excessivo pelas perturbações no funcionamento do projeto europeu, uma vez que as migrações sempre existiram e só recentemente foram encaradas como uma fonte de problemas. O Brexit seria um sintoma da crise, da fragilização e disfuncionalidade da União, acusada de tecnocracia e incapacidade de entender os problemas reais.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.^a SL

Para responder aos desafios e à necessidade de mudança, a Comissão lançou uma reflexão sobre o futuro da Europa, com cenários possíveis desde reduzir e voltar ao essencial até relançar e aprofundar a União, estando a ser publicados documentos de reflexão sobre cada área estratégica. Considerou que os desafios da globalização, da paz e da justiça social não são transponíveis por países de forma isolada. Indicou que o próximo discurso sobre o Estado da União deveria ser decisivo e indicar o percurso escolhido entre os cenários propostos. Qualquer que ele fosse deveria respeitar o “ADN” europeu, incluindo a paz, justiça social, solidariedade e diversidade, reafirmando a importância do modelo de estado social europeu. Mais importante que “velocidades”, considerou que o fundamental seria todos os países avançarem na mesma direção.

Indicou que seria urgente resolver várias questões, entre as quais o funcionamento institucional. A questão da subsidiariedade deve remeter para a responsabilidade a vários níveis, uma vez que nos pontos onde a União Europeia não pode legislar, é responsabilidade dos Estados-Membros avançar. Noutras áreas seria fundamental existir uma estreita cooperação, tal como na política comum das migrações e na segurança, sendo sua percepção que os acontecimentos trágicos em Manchester, com um atentado bombista após um concerto no dia 22 de maio, poderiam denotar uma colaboração insuficiente entre os serviços de vários países. No contexto da 4.^a Revolução Industrial, uma em que a tecnologia joga um papel decisivo, seria fundamental existir coesão e que sem uma política para a coesão económica, social e territorial, incluindo a cooperação transfronteiriça, não existiria futuro para a UE. Nesse sentido, o Comité das Regiões trabalha para propor melhorias na política de coesão pós-2020, que permita avançar de forma decisiva, simultaneamente forte, flexível e estável de modo a garantir o crescimento, respeitando a capacidade de investimento de cada região (uma vez que haveria regiões para as quais o modelo de cofinanciamento não seria viável por falta de fundos ou pela gravidade dos défices orçamentais dessa região), devendo encontrar-se novos instrumentos financeiros e mecanismos para flexibilizar as regras orçamentais nas regiões de convergência.

Agradecendo o enquadramento inicial, a Senhora Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados da CAE para que colocassem as suas questões, tendo usado da palavra nessa primeira ronda os seguintes Senhores e Senhoras Deputados:



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.^a SL

Partilhando o tempo do seu Grupo Parlamentar, **António Costa Silva (PSD)** iniciou a sua intervenção assinalando a saída de Portugal do procedimento por défice excessivo, dando conta das declarações do membro português do Comité das Regiões, segundo o qual o ano de 2014 terá sido marcante para esse acontecimento; centrou depois as suas questões sobre as regiões de convergência, a estratégia Europa 2020, os quatro domínios considerados prioritários nessa Agenda, e a nova programação dos fundos comunitários nessas áreas, que classificou como sendo a melhor de sempre; considerou que os objetivos para as regiões de convergência estariam muito bem identificados e perguntou quais seriam as realizações nesta área que o Senhor Vice-Presidente destacaria, quais os indicadores de avaliação de desempenho que deveriam ser medidos para evidenciar o sucesso das medidas tomadas, incluindo o incremento do PIB regional, a classificação ao nível de adoção de inovações, etc.; **António Ventura (PSD)** centrou as suas questões sobre as Regiões Ultraperiféricas (RUP) e do risco dos fundos do POSEI dirigidos a essas regiões poderem esgotar-se, quer em valor quer no seu âmbito, defendendo o que identificou como “sinergias inteligentes”, que fossem reforçados os programas que permitem a convergência em outras áreas como os transportes, a cooperação inter-regional e a solidariedade. Apesar da enorme importância dos fundos existentes nas regiões desfavorecidas, defendeu que as RUP podiam devolver em igual medida para valorizar a UE, não sendo esse um “investimento nos coitadinhos”, pois pela sua diversidade e o seu contributo único, enquanto laboratório de inovação, fonte de biodiversidade e outras características, regiões com o a sua poderiam devolver idêntico contributo para enriquecer a UE.

Partilhando o tempo do seu GP, **Lara Martinho (PS)** referiu o parecer do Comité das Regiões quanto às medidas favoráveis às RUP, nomeadamente o reforço do POSEI, dando o seu testemunho quanto à importância desse programa para a Região dos Açores, inquirindo se seria possível reforçar esse programa num contexto de grandes pressões orçamentais, tais como as migrações e o Brexit; perguntou se, adicional à classificação de RUP, se seria possível fazer aprovar um estatuto especial para as ilhas, dados os problemas específicos que se colocam a territórios isolados no meio de um oceano, e perguntou se seria expectável que a breve prazo estivesse disponível



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.^a SL

um balcão único de serviços, muito importante para os empresários das ilhas; **Carlos Pereira (PS)** perguntou pelo parecer do Comité das Regiões para o período de programação pós-2020, dando conta que nalguns pontos pedia a correção de medidas introduzidas no período 2014-20, tendo estado o Comité envolvido no design das mesmas, perguntando qual o motivo que leva o Comité a defender agora a flexibilidade de critérios de atribuição de fundos; deu conta da situação ocorrida na sua região, em que a Madeira terá sido classificada como região de rendimento elevado, dado o PIB p.c. medido no início do período de programação, o que limitou o seu acesso aos fundos estruturais apesar de ter sofrido a mais abrupta queda de rendimentos per capita de toda a UE. Nesse contexto, perguntou se estaria a ser prevista a possibilidade de reprogramação a meio da execução dos fundos, nomeadamente para ter em conta situações excecionais dessa natureza.

Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) também fez referência à saída do procedimento por défice excessivo, que considerou deveria ter acontecido mais cedo, assinalando esse evento como culminando um exigente processo de ajustamento estrutural e reafirmando a autonomia do país e premiando os sacrifícios dos cidadãos de Portugal. A propósito do discurso de abertura do Senhor Vice-Presidente, referiu o crescimento de movimentos populistas e contrários ao projeto europeu, considerando que não seria por acaso que se dava a ausência dos Grupos Parlamentares do BE e PCP da reunião em curso, representarem posições críticas ao projeto europeu, pois embora pudessem ter outras solicitações, ao não se fazerem representar dariam conta das suas prioridades. Pediu que desenvolvesse o tópico referido numa reunião plenária do Comité das Regiões quanto à necessidade de “efetuar uma análise exaustiva dos requisitos definidos para o sistema de gestão e de controlo dos fundos europeus estruturais e de investimento” e de melhoria da comunicação e visibilidade dos programas. A propósito do aumento das disparidades entre regiões, que teriam sido maiores do que as disparidades entre países, perguntou que medidas podiam ser tomadas a nível nacional e local para responder aos desafios específicos sociais e territoriais das regiões. Quanto ao Programa Quadro para a Ciência e Inovação Horizonte 2020, perguntou qual o balanço desse programa para ajudar as regiões mais distantes da média europeia em matéria de investimento para apoio à investigação assim como dos resultados da participação de Portugal nesse programa.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.^a SL

O Primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões respondeu a cada Grupo Parlamentar individualmente, tendo salientado o consenso de opinião sobre a defesa das RUP e RC, apesar das diferenças políticas, e que também no Comité das Regiões atuariam do mesmo modo. Asseverou que poderiam contar com o Comité das Regiões nessa defesa. Deu conta que se opunha à suspensão dos fundos comunitários aos países que sofriam de défices excessivos, uma vez que isso prejudicaria ainda mais a sua convergência, devendo os critérios para atribuição desses fundos serem flexibilizados, embora mantendo-se verificáveis e ligados à realidade. No final da primeira ronda a Senhora Presidente voltou a passar a palavra para uma segunda ronda de questões, tendo usado da palavra:

Rubina Berardo (PSD) que a propósito da revisão do artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, relativo às RUP, declarou que teria muito interesse em ver o parecer do Comité das Regiões quanto a essa iniciativa, saudando ter sido nomeado relator um membro do Comité proveniente precisamente de uma RUP. Também tinha interesse em saber se o Comité das Regiões teria alguma intervenção no dossiê das Pescas, sendo essa uma matéria com particular interesse para as RUP, em especial para a Madeira, região que representava.

Carlos Pereira (PS) terminou com algumas considerações sobre a flexibilidade da Política Europeia de Convergência e se não seria obrigação das políticas de coesão ter contribuído para mitigar os efeitos da crise. Dado, entre outros fatores referidos, a grande distância das ilhas dos centros de decisão, entendeu que o estatuto de região insular não devia ser esvaziado, uma vez que teria especificidades a defender. No processo de flexibilização referiu que a complexidade e flexibilização não devem ser conseguidas à custa da transparência.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto na emissão digital do Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2019&title=audicao-do-primeiro-vice-presidente-do-comite-regioes-karl-heinz-lamb>)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.ª SL

II PARTE

1. Informações.

Na segunda parte da reunião a Senhora Presidente deu conta dos próximos agendamentos confirmados para a Comissão de Assuntos Europeus, nomeadamente:

- Confirmação para dia 27 de junho à tarde da audição da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus após Conselho Europeu de 22 e 23 de junho;
- A Comissão LIBE do Parlamento Europeu iria promover uma Reunião Interparlamentar sobre “um Mecanismo Europeu de Democracia, Estado de Direito e Direitos Fundamentais”, que decorrerá no dia 22 de junho de 2017 em Bruxelas, no Parlamento Europeu. Cabendo ao PSD nomear um deputado para representar a CAE, solicitou-se que fosse confirmada a nomeação até ao dia 6 de junho.
- Dada a necessidade da CAE cancelar a data inicialmente prevista para a audição regimental ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, por coincidir com as jornadas parlamentares do PSD de 30 e 31 de maio, a próxima data disponível na agenda do MNE será a manhã do dia 5 de julho
- Confirmou-se as visitas da CAE à Agência Europeia para a Segurança Marítima (EMSA) para o dia 4 de julho de manhã e ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT) para o dia 11 de julho de manhã. Solicitou-se indicação dos Senhores Deputados que iriam constituir a delegação até à reunião de 6 de junho. O transporte da delegação até às Agências Europeias seria organizado desde S.Bento, com partida às 9:30 dos dias da visita.
- O Embaixador João de Vallera confirmou a sua disponibilidade para uma audição no dia 11 de julho à tarde. A pedido do próprio, a reunião será realizada à porta fechada, dada a confidencialidade de algumas das matérias que estarão em discussão.
- Foi ainda indicado que haveria disponibilidade do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde reunir com a CAE no dia 21 de junho da parte da manhã. Foi debatido pelos Senhores Deputados **Vitalino Canas (PS)** e **Duarte Marques (PSD)** o facto de ter partido da CAE a iniciativa de tentar agendar essa reunião, tratando-se de um país exterior à União Europeia e



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.^a SL

portanto na esfera de competências da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Concordou-se convidar essa Comissão a associar-se à audição mas, sendo o assunto a debater o acordo entre esse país e a União Europeia, considerou-se adequado que fosse a CAE a iniciar o processo de formalização do convite, em articulação com o Presidente da Assembleia da República.

2. Apreciação e votação de Parecer da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à utilização do Sistema de Informação de Schengen para efeitos de regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular [COM(2016)881] + Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio dos controlos das fronteiras e que altera o Regulamento (UE) n.º 515/2014 e revoga o Regulamento (CE) n.º 1987/2006 [COM(2016)882] + Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal, que altera o Regulamento (UE) n.º 515/2014 e revoga o Regulamento (CE) n.º 1986/2006, a Decisão 2007/533/JAI do Conselho e a Decisão 2010/261/UE da Comissão" [COM(2016)883], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Deputada autora do parecer: Francisca Parreira (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio: 30/05/2017

A autora do Parecer, a Senhora Deputado **Francisca Parreira (PS)**, apresentou o enquadramento do conjunto de medidas em apreço, dando conta também das principais considerações dos relatores das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Era de parecer que não seriam violados os princípios de subsidiariedade e de proporcionalidade, propondo que fosse enviados os resultados de escrutínio às



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.^a SL

instituições europeias e governo nesses termos. Foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE, CDS-PP e PCP.

3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD relativo ao "Atraso na transposição de Diretivas - Comissão Europeia instaura ações judiciais contra Portugal por incumprimento das obrigações que lhes são impostas pelo direito da União Europeia."

Este ponto de ordem foi adiado para discussão na reunião seguinte.

4. Outros assuntos.

O Senhor Deputado **Duarte Marques (PSD)**, pediu a palavra para solicitar o agendamento para discussão na CAE do Projeto de Resolução n.º 875/XIII, sobre as implicações para a economia portuguesa da saída do Reino Unido da União Europeia. Uma vez que essa iniciativa tinha baixado à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, enquanto Comissão competente em razão da matéria, mas sendo matéria de acompanhamento prioritário pela CAE, solicitou que a Presidente da CAE encaminhasse pedido de conexão à CAE, de modo a permitir discussão do PJR 875/XIII também na CAE. Esta proposta foi recebida favoravelmente pelos Senhores Deputados presentes na reunião, pelo que ficou acordado proceder em conformidade com o pedido do Coordenador do GP do PSD.

Finalizou a reunião dando conta que a CAE iria realizar comunicados de imprensa quando houvesse agendamento de audições sobre o Brexit, seguindo o procedimento adotado com as audições ao Lorde Boswell e à Embaixadora Kirsty Hayes.

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de junho de 2017.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 107/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
António Cardoso
António Costa Silva
António Gameiro
Carla Tavares
Carlos Pereira
Duarte Marques
Eurico Brilhante Dias
Filipe Anacoreta Correia
Francisca Parreira
Miguel Morgado
Regina Bastos
Rubina Berardo
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carlos Costa Neves
Inês Domingos
João Galamba
Maria Luís Albuquerque
Moisés Ferreira
Paula Santos
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires